

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, do Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No primeiro semestre de 2019, o Bradesco Cartões registrou Lucro Líquido de R\$ 638 milhões, correspondendo a R\$ 238,52 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 8.664 milhões e Ativos Totais de R\$ 48.008 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Conforme comunicado ao mercado em 29 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. irá submeter à Assembleia Geral

Extraordinária, a ser realizada em 30 de agosto de 2019, proposta de incorporação, pelo Banco Bradesco S.A., do Bradesco Cartões. A incorporação visa a promover a reorganização societária com o objetivo de: a) buscar maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização dos custos financeiros, operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção do Bradesco Cartões; b) consolidar a estratégia de negócio de operar o portfólio dos cartões/correntistas (cartões de crédito e débito) em uma única entidade legal, o Bradesco; e c) simplificar a comunicação com os correntistas e com o mercado, considerando a uniformização da base de clientes e o fato de que a marca Bradesco Cartões já está consolidada e nada será alterado nos benefícios já assegurados aos clientes.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 24 de julho de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2019	2018
ATIVO			
CIRCULANTE		30.461.106	26.909.592
DISPONIBILIDADES (Nota 4)		128.015	163.149
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)		3.300.944	2.957.884
Aplicações no Mercado Aberto		3.161.650	297.769
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros		139.294	2.660.115
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)		21.719	13.950
Instrumentos Financeiros Derivativos		21.719	13.950
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS		526	1.683
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	1.549
Depósitos no Banco Central		387	139
Transferências Internas de Recursos		139	134
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)		2.956.406	2.622.093
Operações de Crédito - Setor Privado		5.267.187	5.010.023
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.310.781)	(2.387.930)
OUTROS CRÉDITOS		24.005.463	21.108.196
Rendas a Receber (Nota 8a)		-	22.165
Diversos (Nota 8b)		24.611.046	21.674.993
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(605.583)	(588.962)
OUTROS VALORES E BENS		48.033	42.637
Outros Valores e Bens		7.053	8.161
Despesas Antecipadas		40.980	34.476
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.372.052	3.394.264
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)		415.392	183.604
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros		415.392	183.604
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)		378.538	125.208
Operações de Crédito - Setor Privado		572.403	299.100
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		(193.865)	(173.892)
OUTROS CRÉDITOS		1.566.163	3.076.829
Rendas a Receber (Nota 8a)		14.094	10.853
Diversos (Nota 8b)		1.552.104	3.065.981
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(47)	(5)
OUTROS VALORES E BENS		11.959	8.623
Despesas Antecipadas		11.959	8.623
PERMANENTE		15.174.491	11.814.328
INVESTIMENTOS		14.538.068	11.173.150
Participações em Coligadas e Controladas:			
- No País (Nota 9)		14.538.066	11.173.148
Outros Investimentos		2	2
IMOBILIZADO DE USO		15.852	14.049
Outras Imobilizações de Uso		62.286	56.561
Depreciações Acumuladas		(46.434)	(42.512)
INTANGÍVEL (Nota 10)		620.571	627.129
Ativos Intangíveis		663.835	1.092.209
Amortizações Acumuladas		(43.264)	(465.080)
TOTAL		48.007.649	42.118.184

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.223.275	2.161.476
Operações de Crédito		2.096.210	2.025.389
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)		115.956	224.965
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6c)		11.109	(86.868)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.763.576	1.790.867
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)		526.568	666.525
Operações de Empréstimos e Repasses		29	23
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)		1.236.979	1.124.319
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		459.699	370.609
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		446.211	648.469
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)		2.342.190	1.959.377
Despesas de Pessoal (Nota 16)		(112.620)	(109.541)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)		(841.150)	(777.372)
Despesas Tributárias (Nota 18)		(290.400)	(238.043)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9)		113.688	408.021
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)		471.472	529.544
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)		(1.236.969)	(1.123.517)
RESULTADO OPERACIONAL		905.910	1.019.078
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		512	193
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		906.422	1.019.271
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)		(268.866)	(248.886)
Provisão para Imposto de Renda		(252.094)	(76.839)
Provisão para Contribuição Social		(154.784)	(63.664)
Ativo Fiscal Diferido		138.012	(108.383)
LUCRO LÍQUIDO		637.556	770.385
Número de ações (Nota 14a)		3.809.262.604	2.445.708.244
Lucro por lote de mil ações em R\$		238,52	314,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		906.422	1.019.271
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.107.234	788.328
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		1.236.979	1.124.319
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais		(53.796)	38.785
Amortizações de Agio		25.357	25.357
Depreciações e Amortizações		12.156	7.031
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		(113.688)	(408.021)
Outros		226	857
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.013.656	1.807.599
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(152.131)	2.204.191
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos		(18.032)	11.487
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências		1.130.459	2.480.778
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito		(1.834.550)	(1.100.091)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens		927.802	(296.011)
Aumento/(Redução) em Depósitos		194.659	(10.480.348)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações		(235.944)	(2.507.154)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(332.959)	(105.921)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais		1.692.970	(7.985.470)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.083)	(3.017)
Aquisição de Intangível		(19.816)	(11.927)
Dividendos Recebidos		27.179	6.444
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos		5.280	(8.500)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre Capital Próprio Pagos		-	(170.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos		-	(170.000)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.698.250	(8.163.970)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período		1.633.054	10.224.888
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período		3.331.304	2.060.918
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.698.250	(8.163.970)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição) atuando como banco múltiplo, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Bradesco Cartões, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Cartões evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis; trabalhista; fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Bradesco Cartões.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas profiladas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)
São classificadas de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
Saldos em 31.12.2017	1.361.666	-	287.341	2.015.841	42.980	-
Aumento de Capital - AGE 30.4.2018	638.334	-	-	(638.334)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	105.773	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	770.385
Destinações: - Reservas	-	-	38.519	531.866	-	(570.385)
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14d)	-	-	-	-	-	(200.000)
Saldos em 30.6.2018	2.000.000	-	325.860	1.909.373	148.753	-
Saldos em 31.12.2018	2.000.000	-	366.235	2.630.499	152.700	-
Aumento de Capital com Reserva (Nota 14b)	600.000	-	-	(600.000)	-	-
Aumento de Capital - AGE 28.6.2019 (Nota 14b)	-	2.870.961	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	11.971	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	637.556
Destinações: - Reservas	-	-	31.878	599.621	-	(631.499)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(6.057)
Saldos em 30.6.2019	2.600.000	2.870.961	398.113	2.630.120	164.671	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (*accrued*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, por no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	2019			2018			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Instrumentos financeiros derivativos	21.634	85	21.719	21.719	-	13.950	-
Total em 2019	21.634	85	21.719	21.719	-	13.950	-
Total em 2018	13.913	37	-	-	-	13.950	-

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	115.928	224.955
Instrumentos financeiros derivativos	11.109	(86.868)
Títulos de renda fixa	28	-
Total	127.065	138.087

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco Cartões participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "a termo", registrados em contas patrimoniais e de compensação, em um contexto integrado com o controlador e empresas ligadas, que se destinam a atender às necessidades próprias, para administração de suas exposições. Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados pela instituição como instrumentos de "hedge", destinam-se a protegê-la contra variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificados nos contratos. O valor justo dos contratos a termo é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados.

A política de gestão de risco da Organização Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominante, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco Bradesco e empresas controladas.

l) Valor dos instrumentos registrados em contas de compensação

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2019		2018	
	Valor global	Valor líquido	Valor global	Valor líquido
Contratos a termo (1)				
Compromissos de compra:				
- Moeda estrangeira	417.449	-	448.279	-
Compromissos de venda:				
- Moeda estrangeira	1.517.685	1.100.236	1.703.048	1.254.769

(1) Contratos efetuados em dólar.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Acima de 360 dias		Total (A)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019	%	2018	%
Empréstimos e títulos descontados	1.560.447	86.796	137.348	370.304	620.963	495.649	3.271.507	12,9	2.731.385	12,0
Outros créditos (1)	12.069.833	3.667.596	2.057.901	2.992.885	1.277.903	1.147	22.067.265	87,1	20.065.001	88,0
Total em 2019	13.630.280	3.754.392	2.195.249	3.363.189	1.898.866	1.147	25.338.772	100,0	22.796.386	100,0
Total em 2018	12.723.546	3.366.170	1.965.729	2.980.636	1.545.180	215.125	-	-	22.796.386	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Total (B)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias	2019	%	2018	%
Empréstimos e títulos descontados	235.524	230.580	220.715	633.192	1.025.131	2.345.142	2.345.142	100,0	2.324.845	100,0
Total em 2019	235.524	230.580	220.715	633.192	1.025.131	2.345.142	2.345.142	100,0	2.324.845	100,0
Total em 2018	214.301	199.574	185.076	622.144	1.103.750	-	-	-	2.324.845	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Total (C)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019	%	2018	%
Empréstimos e títulos descontados	34.848	12.280	14.468	36.279	48.312	76.754	222.941	100,0	252.893	100,0
Total em 2019	34.848	12.280	14.468	36.279	48.312	76.754	222.941	100,0	252.893	100,0
Total em 2018	39.504	14.613	16.565	41.830	56.359	84.022	-	-	252.893	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Total Geral			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019	%	2018	%
Empréstimos e títulos descontados	5.839.590	22.067.265	20,9	5.309.123	20,9	22.065.001	20,9	20,9	20,9	20,9
Outros créditos (1)	27.906.855	79,1	100,0	22.067.265	79,1	27.906.855	79,1	100,0	22.065.001	79,1
Total em 2019	33.746.445	22.067.265	100,0	27.906.855	79,1	33.746.445	33.746.445	100,0	27.906.855	79,1
Total em 2018	25.374.124	25.374.124	100,0	25.374.124	100,0	25.374.124	25.374.124	100,0	25.374.124	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco								Total				
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2019	%	2018	%
Empréstimos e títulos descontados	28.357	1.480.077	379.704	1.056.735	433.058	357.660	276.542	265.930	1.561.527	5.839.590	20,9	5.309.123	20,9
Outros créditos (1)	2.302.953	12.103.343	2.869.800	4.189.886	198.984	69.245	33.234	25.380	274.440	22.067.265	79,1	20.065.001	79,1
Total em 2019	2.331.310	13.583.420	3.249.504	5.246.621	632.042	426.905	309.776	291.310	1.835.967	27.906.855	100,0	20.065.001	79,1
Total em 2018	2.197.543	12.546.480	2.834.090	4.314.175	555.218	299.855	315.535	284.823	2.026.405	25.374.124	100,0	25.374.124	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber (cartão de crédito).

c) Faixa de vencimentos e níveis de risco

l) Níveis de risco

Parcelas vencidas	Nível de risco										Total em 2019		Total em 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2019	% (1)	2018	% (1)	
1 a 30	-	-	7.008	17.972	40.377	35.889	16.247	19.274	86.174	222.941	100,0	252.893	100,0	
31 a 60	-	-	1.028	2.394	7.171	6.574	1.993	2.310	13.378	34.848	15,6	39.504	15,6	
61 a 90	-	-	510	992	1.750	2.060	831	948	5.189	12.280	5,5	14.613	5,8	
91 a 180	-	-	591	1.338	2.241	2.521	961	1.117	5.699	14.468	6,5	16.565	6,6	
181 a 360	-	-	1.406	3.356	5.906	6.058	2.511	2.925	14.117	36.279	16,3	41.830	16,5	
Acima de 360	-	-	1.712	4.298	8.459	7.389	3.518	4.159	18.777	48.312	21,7	56.359	22,3	
Acima de 360	-	-	1.761	5.594	14.850	11.287	6.433	7.815	29.014	76.754	34,4	84.022	33,2	
Parcelas vencidas (2)	-	-	128.632	197.325	190.630	174.871	212.107	184.139	1.257.438	2.345.142	100,0	2.324.845	100,0	
1 a 14	-	-	1	180	345	410	198	228	1.447	2.809	0,1	3.974	0,2	
15 a 30	-	-	128.629	55.413	13.376	9.007	3.820	3.147	19.323	232.715	9,9	210.326	9,0	
31 a 60	-	-	2	141.731	31.115	15.786	7.185	5.924	28.837	230.580	9,8	199.574	8,6	
61 a 90	-	-	-	1	145.761	26.406	11.045	7.444	30.058	220.715	9,4	185.076	8,0	
91 a 180	-	-	-	-	33	123.242	189.818	167.302	152.797	633.192	27,1	622.144	26,8	
181 a 360	-	-	-	-	-	20	41	94	1.024.913	1.025.068	43,7	1.102.005	47,4	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	63	63	-	1.745	0,1	
Subtotal	-	-	135.640	215.297	231.007	210.760	228.354	203.413	1.343.612	2.568.083	100,0	2.577.738	100,0	
Provisão específica	-	-	1.356	6.459	23.101	63.228	114.177	142.389	1.343.612	1.694.322	100,0	1.817.769	100,0	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99;

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Parcelas vencidas	Nível de risco										Total em 2019		Total em 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2019	% (1)	2018	% (1)	
1 a 30	-	-	1.632.129	2.510.238	155.189	69.576	31.504	28.087	224.224	13.274.034	52,4	12.558.249	55,1	
31 a 60	-	-	357.466	475.869	40.793	18.847	7.376	8.651	52.433	3.754.392	14,8	3.366.170	14,8	
61 a 90	-	-	181.697	1.193.359	282.056	445.928	29.369	16.156	5.629	5.411	35.644	8,7	1.965.729	8,6
91 a 180	-	-	264.223	1.784.880	429.981	709.640	56.300	33.850	11.815	11.536	60.964	13,3	2.980.636	13,1
181 a 360	-	-	110.877	964.109	218.126	432.116	55.849	36.128	13.702	14.707	53.252	7,5	1.545.180	6,8
Acima de 360	-	-	858	173.122	39.339	115.812	53.179	35.476	9.314	17.783	51.913	4,9	215.125	0,9
Vencidas até 14 dias	-	-	29.562	166.007	160.364	6.112	2.082	6.112	13.925	356.246	1,9	165.297	0,7	
Subtotal	2.331.310	13.583.420	3.113.864	5.031.324	401.035	216.145	81.422	87.897	492.355	25.338.772	100,0	22.796.386	100,0	
Provisão genérica	-	-	67.917	31.139	150.940	40.104	64.843	40.710	61.528	492.355	1,9	949.536	4,3	
Total geral em 2019	2.331.310	13.583.420	3.249.504	5.246.621	632.042	426.905	309.776	291.310	1.835.967	27.906.855	100,0	20.065.001	79,1	
Provisão existente	-	-	33.294	163.793	97.883	310.221	309.714	291.281	1.835.967	3.110.264	11,1	3.110.264	11,1	
Provisão mínima requerida	-													

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 30 de junho - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social %	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
				Cotas	Ações		2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco BERJ S.A.	3.087.000	3.684.170	59.341	-	155	100,000	3.670.076	3.587.848	59.341	44.381
Banco Bradescard S.A. (2)	4.862.677	5.580.381	(333.672)	-	6.251.375	100,000	5.580.381	2.984.923	(333.672)	32.843
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	1.761.996	1.748.881	76.712	-	1.350.132	100,000	1.748.881	1.619.766	76.712	132.751
Bradescard Elo Participações S.A.	880.000	2.245.060	172.630	-	4.167.605	100,000	2.245.060	1.893.318	172.630	153.862
Bankar Consultoria e Serviços Ltda.	493.500	1.009.582	106.931	493.500	-	100,000	1.009.582	85.818	106.931	26.947
Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.	182.500	353.040	13.551	96.118	-	64,078	226.223	208.716	8.684	9.338
Shoptácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	22.400	73.579	28.828	-	2.106	80,000	58.863	22.759	23.062	7.876
MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A. (1)	23.550	(133)	-	-	1.413.069	50,000	-	-	-	23
Total							14.538.066	11.173.148	113.688	408.021

(1) O valor da participação no Patrimônio Líquido a Descoberto da empresa MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A., no valor de R\$ 66 mil (2018 - R\$ 13 mil) está registrado na rubrica "Outras Obrigações"; e
(2) Aumento devido à incorporação da Amapari Administradora de Cartões S.A.

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa amortização	Custo	Amortização	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2019	2018
Software (1)	20%	139.786	(43.264)	96.522	52.365
Rentabilidade futura/carteira de cliente (2)	5%	1.014.289	(490.240)	524.049	574.764
Total em 2019		1.154.075	(533.504)	620.571	627.129
Total em 2018		1.092.209	(465.080)		

(1) Softwares adquiridos de empresas especializadas; e
(2) Representado pelo ágio na aquisição da participação acionária do Banco Bradescard S.A., amortizável mediante a realização por rentabilidade futura/carteira de clientes registrados no Ativo Permanente, que será amortizado até novembro de 2029. No 1º semestre de 2019 foi amortizado, o montante de R\$ 25.357 mil (2018 - R\$ 25.357 mil).

11) DEPÓSITOS

	Em 30 de junho - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista	-	-	-	-	-	-	8
Depósitos interfinanceiros	312.801	331.761	13.514.259	618.309	852.097	791.441	16.420.668
Outros depósitos	387	-	-	-	-	-	387
Total em 2019	313.188	331.761	13.514.259	618.309	852.097	791.441	16.421.055
Total em 2018	290.694	280.878	269.425	14.863.423	557.495	337.447	16.599.362

Representada por Captação de Depósitos Interfinanceiros, no montante de R\$ 526.568 mil (2018 - R\$ 666.525 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) **Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - **Processos trabalhistas**
São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras", em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - **Processos cíveis**
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - **Provisão para riscos fiscais**
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e, no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Dentre as principais teses, destacamos:
IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - (2018 - R\$ 79.026 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.
Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco Cartões são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
No início do semestre 2019	39.257	31.709	115.317
Atualização monetária	2.357	1.922	1.090
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	5.343	33.479	(97.987)
Pagamentos	(5.954)	(34.245)	-
No final do semestre de 2019 (Nota 13b)	40.973	32.865	18.420
No final do semestre de 2018 (Nota 13b)	42.566	31.426	116.830

(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais; e
(2) Inclui reversão de IRPJ e CSLL sobre perdas de crédito no montante de R\$ 81.301 mil e reversão de PIS e Cofins sobre valores auferidos a título de JCP no montante de R\$ 16.686 mil.

c) **Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, e totalizaram, em 30 de junho de 2019 R\$ 359.343mil (2018 - R\$ 254.424 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.659.866 mil (2018 - R\$ 1.532.416 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 102.363 mil (2018 - R\$ 98.665 mil); e
- Autuação de IRPJ e CSLL, ano calendário 2012 e 2013, relativo à glosa de despesas de captação com depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 1.419.315 mil (2018 - R\$ 1.354.470 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos e contribuições a recolher	214.897	120.635
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	179.267	34.629
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	5.274	11.441
Total	399.438	166.705

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Valores a repassar - cartão de crédito (1)	865.966	1.505.604
Provisão para pagamentos a efetuar	334.728	196.093
Outras provisões (2)	212.813	344.090
Provisões trabalhistas (Nota 12b)	40.973	42.566
Obrigações por aquisições de bens e direitos	38.644	27.163
Provisões cíveis (Nota 12b)	32.865	31.426
Provisões fiscais (Nota 12b)	18.420	116.830
Valores a pagar - sociedades ligadas	40.973	564
Outras (3)	358.295	238.764
Total	1.903.268	2.512.179

(1) Refere-se substancialmente a Contas a Pagar aos Estabelecimentos Comerciais pelas transações efetuadas com os cartões emitidos pelo Bradesco Cartões;
(2) Inclui substancialmente Programas de Recompensa; e
(3) Inclui R\$ 8.772 mil (2018 - R\$ 2.726 mil) de valores recebidos de cliente a processar e R\$ 200.278 mil (2018 - R\$ 166.841 mil) relativo a anuidades de cartões de crédito a apropriar.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.000.000 mil (2018 - R\$ 2.000.000 mil) é representado por 3.809.262.604 (2017 - 2.445.708.244) ações ordinárias e preferenciais, nominativas escriturais, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		R\$ mil
	Ordinárias	Preferenciais	
Em 1º de janeiro de 2019	1.222.854.123	1.222.854.121	2.000.000
Aumento de capital com reserva (1)	-	-	600.000
Aumento de capital por incorporação de ações (2)	681.777.181	681.777.179	2.870.961
Em 30 de junho de 2019	1.904.631.304	1.904.631.300	5.470.961
Em 30 de junho de 2018	1.222.854.123	1.222.854.121	2.000.000

(1) Foi homologado pelo Bacen em 22 de maio de 2019, a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 16 de abril de 2019 que deliberou o aumento de capital social de R\$ 600.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da Conta "Reservas de Lucros - Estatutária", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais; e
(2) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2019, que deliberou a incorporação de ações de emissão da Amapari Administradora de Cartões S.A., convertendo-a em subsidiária integral do Bradesco Cartões, com aumento de capital em R\$ 2.870.961, mediante a emissão de 1.363.554.360 ações, sendo 681.777.181 ações ordinárias e 681.777.179 ações preferenciais.

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Reservas de lucros	3.028.233	2.235.233
- Reserva legal (1)	398.113	325.860
- Reserva estatutária (2)	2.630.120	1.909.373

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio**
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica à Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo do cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2019	2018
Lucro líquido	637.556	770.385
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(31.878)	(38.519)
Base de cálculo	605.678	731.866
Juros sobre capital próprio (1)	-	200.000
Imposto de renda retido na fonte sobre capital próprio (1)	-	(30.000)
Dividendos propostos (1)	6.057	-
Valor líquido a pagar	6.057	170.000
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	23,2%
Valor em Reais por lote de mil ações	2,48	69,51

(1) Em 30 de junho de 2018 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior ao mínimo obrigatório de 1%.

e) **Lucro por Ação**
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de Ações.

15) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Comissões	1.326.922	1.147.238
Rendas com cartão de crédito (1)	1.015.268	812.139
Total	2.342.190	1.959.377

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Proventos	53.489	45.744
Benefícios	27.766	30.245
Encargos sociais	18.339	17.988
Participação dos empregados nos lucros	7.050	7.480
Provisão para processos trabalhistas	5.343	7.595
Outras	633	489
Total	112.620	109.541

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Serviços de terceiros	299.857	235.648
Processamento de dados	297.897	305.497
Comunicações	68.261	63.610
Depreciações e amortizações	37.513	32.388
Propagandas, promoções e publicidades	35.163	36.262
Serviços técnicos especializados	26.648	36.689
Materiais, energia e outros	4.020	12.891
Outras	72.791	54.387
Total	841.150	777.372

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Contribuição à Cofins	164.355	145.672
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	97.085	67.554
Contribuição ao PIS	26.721	23.701
Outras	2.239	1.516
Total	290.400	238.043

19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Variações monetárias e cambiais ativas	273.681	308.614
Reversão de outras provisões operacionais	70.764	55.815
Recursos de recuperação de encargos e despesas	35.923	25.692
Recursos de antecipação de pagamentos	-	10.565
Outras (1)	91.104	128.858
Total	471.472	529.544

(1) Inclui receitas de incentivos comerciais no montante de R\$ 34.724 mil (2018 - R\$ 81.893 mil).

20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2019	2018
Despesas com outras provisões (1)	512.609	405.173
Despesa com comercialização de cartão de crédito	415.465	475.731
Descontos concedidos em negociações	143.530	119.273
Variações monetárias e cambiais	86.410	34.360
Outras	78.950	89.980
Total	1.236.969	1.123.517

(1) Inclui substancialmente Programas de Recompensa.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas e Controladas		Pessoal Chave da Administração	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos						
Disponibilidades	127.240	163.149	674	-	-	-
Aplicações no mercado aberto	3.161.650	297.769	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	554.686	2.				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradesco Cartões S.A.
Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Cartões S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Controladora e Investidas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis é de R\$ 3.110.264 mil, a Instituição classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas, dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição e suas investidas aplicam os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisões específica e excedente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

• Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também, com base em amostragem, se a Instituição e suas investidas atenderam aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3g e 7.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição e suas investidas para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Valor recuperável dos ativos

As demonstrações contábeis incluem ágio de aquisição de investimento no valor de R\$ 524.049 mil (nota explicativa nº 10) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pela Instituição e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Conforme descrito nas notas explicativas nº 3j, 3k e 10, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico e regulatório nos seus mercados de atuação, a Instituição avalia continuamente as premissas e estimativas de rentabilidade da Unidade Geradora da Caixa (UGC) a que o ágio está alocado, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa ou, no mínimo, a existência de indicativos de perda do valor recuperável dos ativos. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

• Como nossa auditoria abordou esse assunto

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a avaliação realizada pela Instituição de indicativos de perda do valor recuperável destes ativos. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação dessa avaliação. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis.

Com base nos resultados dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Provisões e passivos contingentes - fiscais - Controladora e Investidas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3m e 12, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado e principais processos divulgados como possíveis nas demonstrações contábeis montam em R\$ 18.420 mil e R\$ 1.521.678 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, e ao valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial na controladora que também decorre das provisões e passivos contingentes das controladas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

• Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais em que a Instituição está envolvido.

Com base nos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para as provisões e passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as aplicações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa área relevante para a nossa auditoria.

• Como nossa auditoria abordou esse assunto

O desenho e a efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de monitoramento periódico dos usuários ativos, foram testados, com base em amostragem, com auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis. Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram, também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Adicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e a efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

• Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

• Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 13 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4